MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

POLÍTICA EXTERNA, REVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UM BALANÇO DAS RELAÇÕES BRASIL-CUBA[1].

FOREIGN POLICY, REVOLUTION AND DEVELOPMENT: A BALANCE OF THE BRAZIL-CUBA RELATIONS.

Marco Antônio da Silva
Professor de Ciência Política do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), dos programas de pós-graduação em Geografia e Sociologia. Coordenador do Laboratório Interdisciplinar de estudos sobre América Latina (LIAL/UFGD).

Guillermo Alfredo Johnson
Professor de Ciência Política do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), dos programas de pós-graduação em Geografia e Sociologia. Coordenador do Laboratório Interdisciplinar de estudos sobre América Latina (LIAL/UFGD).

Anatólio Medeiros Arce
Doutorando em História pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD). Pesquisador do Laboratório Interdisciplinar de estudos sobre América Latina (LIAL/UFGD).

Resumo:

Este trabalho procura realizar um balanço das relações entre Brasil e Cuba no século passado e compreender a dinâmica das relações Brasil-Cuba no século XXI, considerando as percepções e ações de ambos os países. Para tanto, discute a dinâmica de aproximação e distanciamento no século XX, analisando as causas de sua baixa intensidade. Em seguida, procura assinalar que está em curso em processo de reaproximação, minado em outros momentos pelo contexto internacional e doméstico, que revela certa convergência de interesses e impulsionado pelo incremento das relações comerciais e parcerias técnicas em diversas áreas. Desta forma, pode-se considerar que, para a liderança política brasileira, as relações com Cuba fazem parte do processo de inserção na América Latina e a tentativa do exercício de uma liderança regional, como forma de impulsionar seu papel de potência emergente. No caso cubano, desde a queda do bloco soviético tal relação inscreve-se na necessidade de reconfiguração de suas relações internacionais (em múltiplas

[1] Este artigo é uma versão modificada do trabalho "As relações Brasil-Cuba no século XXI: reaproximação, convergências e tensões.", apresentado no V Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR, em 2014.

dimensões) e no desenvolvimento de novas parcerias.

PALAVRAS-CHAVES: Política Externa; Revolução; Desenvolvimento; Parceria.

ABSTRACT:

This work aims to carry a balance of the relations between Brazil and Cuba in the last century and understand the dynamics of their relations in the XXI century, considering the perceptions and actions of both. Therefore discusses the dynamics of approach and distance in the twentieth century analyzing the causes of their low intensity. Then tries to emphasizes that there is an ongoing rapprochement process, mined at other times by the international and domestic context that reveals a certain convergence of interests and driven by the increase in trade and technical partnerships in various areas. Thus, it can be considered that, for the Brazilian political leadership, relations with Cuba are part of the integration process in Latin America and the attempt of pursuing a regional leadership as a way to boost its role as an emerging power. In the Cuban case, since the fall of the Soviet bloc, such ties are part of the need for reconfiguration of its international relations (in multiple dimensions) and the development of new partnerships.

KEYWORDS: Foreign Policy; Revolution; Development; Partnership.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século passado, as relações entre Brasil e Cuba foram marcadas pela oscilação e pela geração de muitas expectativas e poucas realizações. Isto decorreu, em grande medida, dos contextos interno e externo que marcaram a trajetória destas nações. No caso brasileiro, a consolidação de uma política externa independente somente se inicia na década de 50 e se consolida, depois de um intervalo nos anos 60, com o regime militar sob o principio da universalização das relações brasileiras, fundamentais para o processo de desenvolvimento econômico promovido naquele momento.

No caso cubano, depois de anos de tutela americana e, obviamente, da priorização de relações com a potência do norte, a ascensão de um regime revolucionário de caráter socialista fará com que suas relações se intensificassem com a superpotência comunista e seus aliados. Tais aspectos foram, ainda, determinados pelo contexto internacional da Guerra Fria que, entre os anos 40 e 90, dificultaram o desenvolvimento de uma relação normal, quiçá intensa, pelo modelo político e econômico adotado em cada país. Desta forma, apesar da relativa proximidade geográfica e cultural, o distanciamento, mais do que a aproximação, parece ser a marca das relações entre ambos.

Neste novo século, uma nova oportunidade parece emergir para a consolidação das relações entre Brasil e Cuba. Isto porque o novo contexto internacional, marcado pela globalização e sem forte distinção ideológica, bem como os desafios, no caso cubano, ou pretensões, no caso brasileiro, parecem propiciar um novo horizonte de oportunidades, para ambos, embora as tensões continuem existindo.

Neste sentido, este trabalho procura analisar as relações entre Brasil e Cuba neste novo século, enfatizando, na medida do possível, diversas dimensões. Para isto, procura compreender a intensidade da relação no contexto atual e sua ligação com os princípios e elementos gerais política externa desenvolvida por cada nação para se inserir no mundo globalizado.

Para tanto, este trabalho está estruturado da seguinte forma. Na primeira seção, discutimos a história das relações entre Brasil e Cuba, no século XX, em que predominaram uma política de distanciamento (rompimento das relações formais) e de aproximação, principalmente nos anos 80 e 90. Na segunda parte, analisamos tal relação sob a égide dos objetivos da política externa desenvolvida por cada país neste novo século. Finalmente, na última parte, procuramos analisar a natureza, a intensidade e os desafios ou tensões que marcam tal relação, apontando possíveis desdobramentos.

AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CUBA NO SÉCULO XX: ENTRE O DISTANCIAMENTO, O ROMPIMENTO E A (RE) APROXIMAÇÃO.

Apesar do estabelecimento, já em 1906, de relações formais entre o Brasil e Cuba, tal relação ficou permaneceu tênue e marginal para ambos os países na primeira parte do século passado por diversas razões que apontaremos adiante, adquirindo certa relevância entre os anos 50 e 60, mais razões de política interna e atuação internacional destes países do que pela relação bilateral (BEZERRA, 2012).

No caso brasileiro, uma efetiva política externa, como instrumento de desenvolvimento nacional, só irá se efetivar com a proposta da Operação Pan-americana, do governo JK, e o estabelecimento da Política Externa Independente (PEI) no início dos anos 60 (ALTEMANI, 2005; CERVO, 2002; PECEQUILLO, 2004).

Antes disso, a política externa era marcada por um alinhamento informal e automático com os EUA, a famosa aliança não-escrita do Barão do Rio Branco, embora nos anos 30 ocorressem tentativas de ação autônoma (VIZENTINI, 2003); associado a isto, deve-se destacar que o perfil econômico dos países era extremamente semelhante, começando a se diferenciar na década mencionada, com o processo de industrialização brasileira que só irá se consolidar nas décadas de 60 e 70, o que dificultava o aprofundamento de tais laços, pelo menos no âmbito comercial.

No caso cubano, ocorria uma dinâmica semelhante com um agravante. O perfil econômico cubano também era, neste período, baseado na produção agrícola, principalmente o açúcar, o que dificultava o intercâmbio comercial. Além disto, as relações

cubanas (políticas e comerciais) estavam orientadas por uma relação intensa e privilegiada com os EUA que hegemonizava o comércio exterior do país (PISANI, 2002; PEVIDA, 1995; SEGRERA, 1988). Neste sentido, Brasil e Cuba eram mais competidores pelo perfil de suas economias e pelo desejo das relações e benesses americanas do que parceiros.

Desta forma, as relações entre Brasil e Cuba na primeira parte do século passado eram tênues e marginais, concentrando-se nas questões relativas ao preço internacional do açúcar, pois por razões internas, tanto para Brasil como Cuba tal relação não era prioritária, como aponta Abreu: "O relacionamento político bilateral era obviamente afetado pela distância, pela dificuldade de comunicação e pela recíproca pouca prioridade dos respectivos países na agenda de política externa" (ABREU, 2000, p. 234-235). Vale ainda ressaltar que a representação em Havana era cumulativa a outros oito países da América Central e Caribe, o que dificultava uma maior interação (BEZERRA, 2012).

Isto se modifica, parcialmente, no final da década de 50 e 60, com a afirmação da Revolução Cubana. Tal acontecimento irá determinar grande parte das relações bilaterais, interamericanas e internacionais, pois irá inserir a pequena ilha caribenha no quadro da Guerra Fria que determinavam as relações internacionais no período. Desta forma, a Revolução Cubana irá marcar, de forma profunda, a América Latina nas décadas posteriores e as relações cubanas e americanas com o continente (AYERBE, 2002; BANDEIRA, 1998).

Neste sentido, a questão cubana, relação bilateral e posicionamento no conflito cubano-americano, emerge para o diplomacia brasileira como um desafio que, pelo menos, até os anos 80, demonstrará a capacidade de atuação autônoma do país no cenário internacional. Por isso, depois da simpatia equidistante do governo JK, será nos governos brasileiros posteriores que podemos acompanhar o desenvolvimento do processo de rompimento que se constituirá num marco da política brasileira.

Durante o governo Jânio Quadros, as relações Brasil e Cuba ganharam relativo impulso e atingiu a política, interna e externa, brasileira devido aos seguintes fatores. Primeiro, a questão cubana contribui, ainda que indiretamente, para a emergência de um novo paradigma na política externa brasileira que, embora gestado ao longo dos anos 50, só irá adquirir uma formulação consistente neste governo: a Política Externa Independente (PEI). Como apontam Cervo & Bueno:

> Jânio Quadros formulou a PEI em um momento conjuntural adequado no âmbito hemisférico, pois se aproveitou do receio dos EUA de que a América Latina escapasse de sua órbita de influência a partir da crise do sistema interamericano aberta pelo regime de Cuba. (...) Ao enfatizar o direito que têm os povos á autodeterminação, reivindicava-se para o país mais liberdade de movimento no cenário mundial, tendo em vista os interesses econômicos nacionais" (CERVO & BUENO, 2002: 310).

Além disto, a relação com Cuba parece nos ajudar a compreender os rumos da política, e dos passos, empreendidos por Jânio Quadros até sua renúncia, pois se transformará, aos poucos, em um problema de política interna brasileira. Desta forma, sua visita a Havana ainda na campanha eleitoral, a orientação para a abstenção na reunião da OEA que expulsou Cuba da entidade e a condecoração a Che Guevara, foram movimentos que repercutiram intensamente na política doméstica.

Apesar disto, tais fatos revelam que Jânio Quadros adotava uma tensa política bifronte, pois no plano interno desenvolvia medidas conservadoras e moralistas e no plano externo, reafirmava o direito a autodeterminação dos povos, estando mais próximo da questão cubana. A dificuldade de conciliação entre estas duas políticas, talvez associada aos cálculos políticos do ex-presidente que imaginava o retorno ao poder com maior espaço de manobra, também estiveram presentes em sua renúncia. Não á toa, a renúncia de Jânio motivou um discurso de Fidel Castro, citado por Bezerra (2012), que apontava:

> [...] se o povo brasileiro aproveitasse a experiência de Cuba, nunca lhe poderiam derrotar os militares reacionários... Cuba soube com profunda tristeza da notícia da renúncia do presidente do Brasil. A América perde um de seus mais valentes defensores do princípio de autodeterminação. (...) O prestígio internacional do Brasil crescia a cada dia. Somente os reacionários americanos, o Departamento de Estado ianque, os monopólios imperialistas, inimigos da independência e soberania de nossos povos, podem receber esta notícia com júbilo. Cuba, a quem Quadros tinha defendido valente e tenazmente, sente-se solidária a ele" (BEZERRA, 2012: 132).

Tal declaração, além de ignorar outros elementos que conduziram a renúncia do presidente, contribuiu para que a questão cubana fosse incorporada, considerando o contexto, a lógica da política interna brasileira.

Durante o governo Goulart, marcado por uma intensa polarização política, a questão cubana vai adquirindo novos contornos e adquirindo importância para os rumos da política nacional. Neste sentido, a Crise dos Mísseis em 1962, pressionou o governo Goulart, pois o próprio secretário de Estado americano, Dean Rusk, buscou o apoio à quarentena, enquanto o governo brasileiro reafirmava sua postura favorável à autodeterminação (BANDEIRA, 1998). Tal acontecimento atinge os rumos da PEI, pois segundo Bezerra:

> [...] Teve como uma de suas consequências o esvaziamento da proposta de mediação do Brasil entre as superpotências, uma vez que, a partir de então, estas passaram a buscar resolver seus litígios através de frequentes contatos diplomáticos bilaterais, inaugurando o período de distensão internacional conhecido como détente. A consequência disto para o Brasil foi a inviabilização da "barganha nacionalista" com os EUA, levada a efeito desde o período Vargas, e a ascensão, em lugar desta, retórica desenvolvimentista [...] (BEZERRA, 2012: 195).

Além disto, o problema dos asilados na embaixada brasileira em Havana, o processo de radicalização da revolução, evidenciadas na Segunda Declaração de Havana, em 1962, e seu lema "O dever de todo revolucionário é fazer a Revolução", e o apoio cubano as Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro[2], levantavam dificuldades para o governo Goulart e contribuíram para a disseminação, na sociedade e nos militares do discurso alusivo ao perigo comunista, que serviu, associado ao temor da quebra de hierarquia, como justificativa ao golpe cívico-militar que depôs o presidente[3].

O golpe e a instauração do regime militar determinaram, evidentemente, uma "reversão de expectativas" da política externa brasileira e uma correção de rumos de tal política, até sua reelaboração nos anos 70. Tal reversão foi marcada, pelo menos nos primeiros governos militares, pelo retorno de um alinhamento quase automático com os EUA e, obviamente, pelo rompimento das relações diplomáticas com Cuba. Na ótica brasileira tal rompimento deveu-se a:

> [...] com respeito às relações entre Brasil e Cuba, delas se vinha servindo o governo Fidel Castro, sobretudo nos últimos tempos, para acobertar as atividades de propaganda de seus agentes, em inequívoca demonstração de que, ao diálogo regular por canais diplomáticos, optara por um inadmissível entendimento com grupos minoritários brasileiros, interessados no proselitismo incompatível com as tradicionais convicções cristãs e democráticas de nosso povo. Tal interferência em assuntos internos do Brasil não mais podia ser tolerada sem graves riscos para a ordem pública e sem ofensa aos verdadeiros sentimentos nacionais, reafirmados agora pela revolução vitoriosa. (...) A decisão tomada pelo governo brasileiro está em perfeita consonância com o seu propósito de não admitir ação comunista no território nacional [...] (citado por BEZERRA, 2012: 230).

Na ótica cubana, pode-se destacar que tal rompimento embora inevitável não era desejado. Neste sentido, a liderança cubana desenvolvia uma política externa que procurava combinar a promoção e o apoio às atividades revolucionárias com o desenvolvimento de políticas formais com diferentes estados e, provavelmente, buscava a manutenção de relações com as nações latino-americanas para evitar o isolamento regional.

De qualquer forma, não há dúvida sobre a primazia da ótica revolucionária sobre os laços diplomáticos que, combinados com o aprofundamento dos laços com a URSS e

[2] Ainda que não existam estudos sistemáticos sobre tal relação, é necessário apontar que, até o golpe de 64 e a emergência da luta armada como forma de resistência ao regime militar no final da década, as ligas camponesas, e sua principal liderança Francisco Julião, foram um dos movimentos que mais estreitaram os laços com Cuba e suas concepções. Para isto ver, entre outros, Rollemberg (2001).

[3] Como afirma Ridenti: "Seria por demais estreito pensar que o golpe de 1964 em função principalmente da dinâmica interna das Forças Armadas; contudo, é inegável que o movimento político dos militares de baixa patente, como parte da ascensão popular mais ampla no pré-64, esteve no centro da cena política nos anos, nos meses e mesmo nos dias que antecederam a "redentora", constituindo-se no estopim detonador do golpe" (RIDENTI, 1993: 200)

demais nações do bloco soviético, tornavam tal possibilidade um custo necessário para a manutenção de sua autodeterminação e a promoção de revoluções, como estava expresso em declarações e documentos. Em suma, embora não desejável Cuba não sacrificaria sua ideologia e laços revolucionários, muito menos com regimes alinhados aos norte-americanos, em nome de interesses diplomáticos. Em suma, a liderança cubana tinha consciência da incompatibilidade de sua política com certos regimes e parecia disposta a sacrificá-las em nome dos ideais defendidos e o rompimento foi uma iniciativa da diplomacia brasileira.

De tal rompimento, emergem diversas questões que carecem de mais pesquisas. Neste sentido, como aponta Bezerra (2012) é necessário verificar se tal rompimento foi derivado de razões de política doméstica, como defende, ou do contexto internacional, determinado pela Guerra Fria e pela política norte-americana para o continente. Desta forma, a opção norte-americana, que parece prevalecer nos primeiros governos militares, implicaria necessariamente no rompimento das relações, considerando o contexto regional. Além disto, devem-se analisar as razões pelas quais a política de universalização das relações externas do Brasil, inclusive com o bloco soviético e com as jovens nações africanas, desenvolvida nos anos 70 pelo regime militar brasileiro não foi aplicada ao caso cubano; neste caso, as razões do não reatamento de relações diplomáticas, de parte a parte.

Como mencionamos acima, o restabelecimento das relações diplomáticas com Cuba somente ocorrerá no primeiro governo civil, o governo Sarney, em 1986. Tal reatamento pode ser considerado obra dos civis, destacadamente da ação presidencial e do Ministério das Relações Exteriores, no caso brasileiro e da liderança cubana, considerando o novo contexto, no caso cubano. Isto só foi possível porque, apesar da resistência de certos círculos militares brasileiros que ainda consideravam Cuba sob a ótica geopolítica da Guerra Fria, predominou a percepção de que a atuação cubana já não era uma ameaça, pelo menos na região, e que o país já não constituía uma ameaça a segurança nacional (VASCONCELOS, 1991; BEZERRA, 2012)[4].

No caso cubano, tratava-se de dar continuidade ao processo de reinserção regional, após duas décadas de relativo isolamento, adaptando-se ao novo contexto de democratização e retomar os laços com um país que desenvolvera um parque tecnológico complexo, que atuava com mais autonomia no cenário internacional e com o qual ainda havia interesses comuns, como no caso do açúcar que era o principal produto de ex-

[4] Como afirma Bezerra sobre a retomada das relações na perspectiva brasileira: “Uma página da história brasileira fora virada. O Brasil fechara o mosaico de seus interesses” (BEZERRA, 2012: 327).

portação da ilha[5]. Desta forma, combinando com o novo cenário político doméstico e internacional, a retomada das relações parecia confirmar uma convergência, ainda que parcial, de interesses.

Tal restabelecimento também parece indicar um padrão para o aprofundamento das relações, calcados em duas dimensões. Em primeiro lugar, a questão comercial se torna um elemento primordial, o que motivou a assinatura de um acordo, em 1989, diminuindo restrições e ampliando o leque de oportunidades[6]. Além deste, um acordo de caráter científico-tecnológico, firmado em maio de 1990, já no governo Collor, considerando o intercâmbio de especialistas, de informações científicas e de tecnologia, determinaram a dinâmica das relações posteriores em que tais questões aparecem em primeiro plano (VASCONCELOS, 1991).

No entanto, ainda nos anos 80, tornou-se evidente as dificuldades para o aprofundamento de tais relações, pois como assinala Vasconcelos: "Entre os aspectos mais relevantes do contraste entre Brasil e Cuba contrastam, desde logo, pela natureza dos regimes políticos vigorantes, sendo diferentes os aliados e os parceiros principais de cada um deles. Assim também pelas dimensões do produto bruto e a orientação de consumo" (VASCONCELOS, 1991: 188).

Além disto, apesar das expectativas, outros problemas emergiram (alguns persistem até hoje) dificultando o aprofundamento das relações como a limitação de créditos, o embargo dos EUA á Cuba, a baixa aceitação de produtos cubanos e os obstáculos burocráticos de parte a parte. Por fim, deve-se destacar que, como assinala Hoffman (1999), em 1986, ambos enfrentavam uma profunda crise econômica que irá se estender até meados dos anos 90 no Brasil e se tornará cada vez mais aguda no caso cubano, ganhando contornos dramáticos no período seguinte.

[5] Como aponta Vasconcelos: "um breve histórico da reaproximação dos governos leva-nos de início a 1977, quando da visita discreta de um assessor do presidente Fidel Castro, o sociólogo Sérgio Cervantes. A esta primeira viagem seguiram-se outras do mesmo assessor, com reservas crescentes (identidade mudada, objetivos fictícios), porém, nem por isso menos efetivas nos contatos informais com autoridades e representantes da sociedade brasileira, sobretudo na área comercial, interessados em obter anuência do Conselho Nacional de Segurança para uma revisão das pesadas restrições a Cuba então vigentes. Finalmente, em 1985, Cervantes recebeu o visto para a permanência de um ano, a fim de tratar de negócios. Um passo significativo e concreto, no entendimento visando a reaproximação foi a visita a São Paulo, em 1981, de uma missão comercial cubana convidada por fabricantes de equipamentos para a destilação de álcool. (...) Esta situação culminou numa reunião, de alto nível, celebrada em Paris, em 1986, na qual ficou assente o restabelecimento integral das relações diplomáticas, que ocorreria em 25 de junho do mesmo ano" (VASCONCELOS, 1991: 189).

[6] Como afirma Ferreira: "En los plazos establecidos, Brasil designa el diplomático Italo Zappa como embajador en Cuba (antes era el representante de Brasil en Beijing, China). Cuba nombra el viceministro de Comercio Exterior, Jorge Bolaños embajador en Brasil. El nombramiento de Zappa y Bolaños se vio como una convergência de los países en el aspecto econômico de las relaciones, ya que ambos diplomáticos tenían una trayectoria predominantemente comercial" (FERREIRA, 2011: 203-204).

Durante o governo Collor alguns incidentes causaram certo mal-estar na relação entre os países[7], apesar de serem rapidamente superados, acabam demonstrando que, apesar do acentuado interesse cubano para o aprofundamento das relações bilaterais, o governo brasileiro esteve orientado pelos desafios internos e pela tentativa de abertura comercial, o que colocava em segundo plano as relações com Cuba.

Durante o governo Itamar as relações ganharam um novo impulso, pois o governo brasileiro perdoou uma dívida de, aproximadamente, U$ 40 milhões, votou pela condenação do embargo norte-americano na ONU e fez um discurso contra o mesmo na Cúpula Ibero-americana em Cartagena, em 1994. Além disto, instauraram "um diálogo construtivo", que seria retomado posteriormente, inclusive na questão dos direitos humanos e realizou acordos complementares nas áreas de mineração, geologia, biotecnologia e novos materiais. Desta forma, construíram-se canais para ampliar as perspectivas de cooperação, que se materializaram, com intensidades diferentes, nos governos posteriores e que nos permite compreender como a questão cubana foi adquirindo certa relevância na diplomacia brasileira (FERREIRA, 2011).

AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CUBA ENTRE O FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI: A SUPERAÇÃO DA EQUIDISTÂNCIA?

O processo demonstrado anteriormente teve continuidade no período posterior e torna-se mais compreensível quando inserido nos marcos da política externa de cada país. Desta forma, pode-se constatar que a PEB mantém ao longo um forte traço de continuidade o que, obviamente, pode ser um indicador de que nesta área as mudanças se processam de forma lenta e gradual e as distinções entre os governos devem ser compreendidas através de ênfase que, em maior ou menor medida, promovem certas diferenças entre os mesmos.

Neste sentido, podem-se captar as diferenças entre as políticas externas dos três últimos governos. Desta forma, como apontam Vigevani e Cepaluni (2007): "Na nossa interpretação, ao mesmo tempo em que não houve ruptura significativa com paradigmas históricos da política externa do Brasil, sendo algumas das diretrizes, desdobramentos e reforços das ações já em curso na administração FHC, houve uma significativa mudança nas ênfases dadas a certas opções abertas anteriormente á política externa brasileira" (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007: 275).

Sendo assim, a política externa de FHC poderia ser definida pela noção de *"Autonomia pela Participação".* Nesta, a inserção internacional do país estaria relacionada ao po-

[7] Um destes incidentes foi o cancelamento da visita do então ministro das relações exteriores do Brasil, Francisco Rezek, a Havana em 1991 (FERREIRA, 2011).

tencial (relativo) que o país possuía e a aproximação com o centro hegemônico, adaptando-se ao novo sistema internacional, através da incorporação de novos temas na agenda do país (como direitos humanos, meio ambiente, transição democrática, reformas, ...), expressando os novos valores, compromissos e práticas internacionais. Neste sentido, Cervo (2006), tece uma forte crítica à política externa implementada pelo governo FHC, considerando que ela foi orientada pelos princípios de democracia, estabilidade monetária e abertura econômica, demonstrando o predomínio de um *Estado Normal.*

O governo Lula teria promovido uma gradual mudança estratégica para uma busca de *"Autonomia pela Diversificação",* segundo Vigevani e Cepaluni (2007)[8]. Neste sentido, o que estaria ocorrendo são ajustes na formulação da decisão burocrática e potenciais mudanças nas metas. Ou seja, "há mudanças de idéias e mesmo de estratégias para lidar com os problemas e objetivos que estão colocados pela história, pela posição e pelo destino, mas não essencialmente diferentes dos existentes há muito para o Brasil" (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007: 322).

Ainda, comparando as semelhanças e diferenças entre os dois governos, seria possível identificar uma convergência sobre os diversos temas da agenda de política externa brasileira (ALCA, Conselho de Segurança, Cooperação Sul-Sul, EUA, Integração, OMC, ...), no entanto, pode-se observar que "Consideramos ambos os governos (FHC e Lula da Silva) com representantes de tradições diplomática brasileiras distintas, apresentando diferenças nas ações, nas preferências, e nas crenças, buscando resultados específicos muito distintos no que diz respeito á política externa, mas procurando não se afastar de um objetivo sempre perseguido: desenvolver economicamente o país, preservando, ao mesmo tempo, certa autonomia política" (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007: 275). Em suma, para os autores, não foi desenvolvido um novo paradigma da política externa brasileira, mas sim de uma mudança parcial de rumos que não caracteriza uma ruptura com o que, até então, caracterizou os rumos da diplomacia brasileira.

Tal ação incluiu a tentativa de retomar uma ação internacional a serviço do desenvolvimento do país que, como apontam Villa e Vianna (2007), pode ser caracterizada "... como sendo uma autonomia pela afirmação, através da qual o governo Lula decidiu tornar o Brasil um dos principais protagonistas por meio da afirmação intransigente dos interesses nacionais no sistema internacional contemporâneo, estando disposto a assumir tanto os custos econômicos e políticos, como os militares-estratégicos" (VILLA e VIANNA, 2007: 57).

[8] De outra forma, como sugere Almeida a ascensão de Lula foi marcada pela adoção de um realismo pragmático nas relações internacionais e pelo deslocamento ao centro do espectro político, pois "Em suma, o candidato do PT realizou no espaço de poucos meses em 2002, um notável percurso em direção a uma postura realista no campo da política externa, assim como no terreno mais geral das políticas econômicas, notadamente no que se refere ao relacionamento com o capital e os investidores internacionais" (ALMEIDA, 2003: 95).

Neste sentido, a política externa implementada pelo governo Lula significou uma correção do modelo destacada anteriormente, o que pode ser percebido em duas dimensões. A primeira, voltada às questões internas, significou uma redefinição do papel do Estado no intuito de fortalecer seu papel indutivo, ou seja, como promotor do desenvolvimento econômico e social. Isto significa que o atual governo diverge do antecessor na crença da capacidade do mercado de prover por si as necessidades de desenvolvimento nacional, seja em termos econômicos (geração de riquezas nas diversas regiões) seja em termos sociais (inclusão de grande parte da população) (CERVO, 2006). A segunda dimensão refere-se às questões internacionais, pois a prioridade fundamental foi a superação da vulnerabilidade produzida pelos déficits do comércio exterior e da balança de pagamentos e uma revisão, profunda, do modelo anterior que orientava a ação da diplomacia brasileira. Em relação ao primeiro aspecto pode-se apontar que "O novo governo decidiu enfrentar três condições de vulnerabilidade: dependência tecnológica, empresarial e financeira. Além de reforçar o núcleo robusto da economia nacional, estatal ou privada, Lula empenhou sua diplomacia presidencial para promover negócios brasileiros no exterior. Pela primeira vez, concebia-se a internacionalização da economia brasileira como movimento de expansão de empresas no exterior, com o apoio logístico do Estado" (CERVO, 2006: 27). No que se refere ao segundo aspecto, o autor aponta que o Governo Lula procurou retomar a experiência histórica acumulada do Itamaraty, buscando reforçar o poder nacional e a capacidade de negociação internacional[9].

Desta forma, há pelo menos, três inovações importantes, como apontam Villa e Vianna (2007). Primeiro no estabelecimento de um grupo neodesenvolvimentista no Itamaraty em que se destacam as figuras de Celso Amorim e Samuel P. Guimarães. Em segundo lugar, uma inovação metodológica e institucional com a criação do assessor para assuntos externos da presidência da República (o Conselheiro Presidencial), ocupado por um quadro histórico do PT Marco Aurélio Garcia e que teve atuação em crises políticas na região (Venezuela, Bolívia e Equador) e um maior aproveitamento do presidente como símbolo, por sua trajetória e uma comunicação mais intensa das ações nesta área. Finalmente, uma releitura da noção de "pouca margem de manobra no sistema internacional" que conduziu a uma maior autonomia e ativismo diante dos países centrais e dos órgãos internacionais e o reconhecimento das diferenças, embora sem rompimento, com os EUA (Villa e Vianna, 2007: 50-53).

[9] Desta forma, como aponta Cervo: Três padrões de conduta foram sacrificados pela fase anterior: a independência de inserção internacional, o realismo evoluído para pragmatismo e o desenvolvimento nacional como vetor da política externa. Lula os recuperou, em certa medida, reforçando ainda os demais componentes do acumulado: autodeterminação e não-intervenção, com solução pacífica de controvérsias, juridicismo, cordialidade oficial no trato com a vizinhança, parcerias estratégicas como eixos privilegiados de ação externa e multilateralismo normativo (CERVO, 2006: 28).

No entanto, a grande novidade, ou pelo menos a ênfase, na política externa brasileira tem sido a intensificação das relações com a América Latina, tendo em vista a tentativa de se colocar como ator emergente no cenário internacional. Tal intensificação pode ser observada em, pelo menos, três ações da diplomacia brasileira.

Em primeiro lugar, o país propôs ou impulsionou mecanismos de integração regional ao contribuir para a revitalização do MERCOSUL, a criação da UNASUL e, mais recentemente, da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e, através do BNDES, financiou projetos de infra-estrutura na região. Em segundo lugar, durante o mandato de Lula, o exercício da diplomacia presidencial esteve voltado a América Latina que, até 2007, havia concentrado mais de 60% das viagens presidenciais (Villa e Vianna, 2007, p. 49). Finalmente, como aponta Dantas (2013), a América Latina, por diversas razões, tornou-se um dos principais polos do comércio exterior do Brasil, emergindo como o destino de entre 20% e 25% das exportações e cerca de 20% das importações brasileiras neste século, equilibrando-se, em certos momentos até superando, os demais principais parceiros comerciais como China, EUA e União Européia.

Desta forma, concordamos com o autor ao apontar que:

> A América Latina e o Caribe são, explicitamente, alvos da política externa brasileira, sobretudo como extensão dos laços criados e solidificados a partir do MERCOSUL; nesse contexto, a inserção de Cuba ocupa também uma posição a se destacar. Dessa forma, não só declarações oficiais da chancelaria brasileira, mas a própria verificação dos números que marcam a evolução comercial brasileira recente reforça a avaliação da região como uma das metas prioritárias nas relações externas do Brasi" (DANTAS, 2013: 36).

Ressaltamos que este é o contexto que nos ajuda a compreender, adequadamente, as relações Brasil e Cuba.

No caso cubano, o colapso do bloco soviético e o fim do intercâmbio estável e benéfico com a URSS lançou o país em sua mais grave crise no século XX (ALMENDRA, 1998) e, diante disto, duas estratégias predominaram na política cubana até o momento: internamente, desenvolveu-se um processo de recuperação econômica e, externamente, Cuba procurou reconstruir seus laços e parcerias internacionais e se reinserir no cenário internacional para superação do isolamento, fruto também da relação conflitiva com a superpotência restante, os EUA (SALAZAR, 2000).

Sendo assim, Alzugaray Treto (2003) observa que, diante de tais desafios, ocorreu uma redefinição da política externa do país, com o objetivo de:

Mantener la independencia, soberanía, autodeterminación y seguridad de la nación cubana, su capacidad de darse un gobierno popular, democrático y participativo propio basado en sus tradiciones, con un sistema económico-social próspero y justo, y que, a su vez, le permita proteger su identidad cultural y sus valores socio-políticos y proyectarlos en la arena mundial con un nivel de protagonismo acorde a sus posibilidades reales como miembro efectivo de la sociedad internacional. (Alzugaray Treto, 2003: 17).

Desta forma, o país procurou construir novas parcerias e diversificar suas relações comerciais e política, tanto no âmbito regional como internacional. Neste sentido, concordamos com Serbin ao afirmar que: "A través de la revisión de esta política en diferentes âmbitos- el subregional, el regional, el atlântico y el global- argumentamos que uno de los mayores logros d política exterior cubana en esta década ha sido la configuración de un entramado diversificado de relaciones internacionales que ha contribuído tanto a romper con el aislamento impuesto como a preservar um margen de autonomia que posibilitara la continuidad del sistema político establecido en la islã desde 1959" (SERBIN, 2011: 230).

Além disto, na primeira década do século XXI, outro elemento fundamental foi à transição de poder iniciada em Cuba, com a substituição da liderança histórica de Fidel Castro por seu irmão, Raul, em 2008. Tal transição combina elementos de continuidade e rupturas que, em grande medida, procuram responder aos desafios interno e externo, como apontamos anteriormente, dando um perfil mais pragmático a atuação do país.

Desta forma, como demonstra Alzugaray Treto (2007):

> Cuba iniciou o século XXI sujeita a um importante reajuste de seu sistema político, devido à doença de Fidel Castro e à transferência constitucional dos seus poderes a Raúl Castro, que se encarregou de afirmar que não reproduzirá exactamente a forma de dirigir e governar de seu predecessor. Ao mesmo tempo, tanto Raúl Castro como os líderes políticos, militares e econômicos concordam com o conselho básico articulado e defendido por Fidel Castro: independência e soberania nacionais não só perante os Estados Unidos, mas também perante outros actores internacionais; manutenção do sistema econômico-social fundamentalmente socialista com uma forte defesa das conquistas sociais; estruturação de um governo próprio, participativo e democrático alheio aos vícios presentes em sistemas de outras latitudes; e uma economia diversificada e vinculada a diferentes parceiros comerciais e financeiros (ALZUGARAY TRETO, 2007: 101).

Sendo assim, tem início um período de "atualização" do sistema, tendo como pano de fundo as demandas sociais e econômicas e a necessidade de recomposição das relações internas. Tal processo afeta diretamente a política externa cubana, pois como argumenta Serbin:

> Este nuevo factor se articula con un creciente pragmatismo de la política exterior cubana, particularmente a partir del reemplazo de Fidel por Raúl Castro en el gobierno, que se caracteriza por renovar y adoptar nuevos compromisos internacionales en el marco de una estrategia de diversificación de las relaciones externas de la isla para asegurar mejor la supervivencia económica del país, sin poner en riesgo el modelo político existente (SERBIN, 2011: 233).

Desta forma, uma nova dinâmica nas relações Brasil-Cuba se instaurou neste novo século, apesar de tensões conjunturais.

Durante a gestão FHC (1995-2002), as relações entre os países mantiveram a tônica da reaproximação, embora com a ocorrência de divergências esporádicas. Desta forma, o país manteve sua oposição ao embargo norte-americano e realizou gestões para o reingresso de Cuba no seio da comunidade interamericana; o comércio exterior cresceu lentamente, tendo em vista os desafios econômicos enfrentados na década por ambos, novos acordos científicos e tecnológicos foram firmados, nos setores aduaneiros, tributários e de serviços aéreos e uma linha de crédito de U$ 15 mi foi aprovada pelo governo brasileiro. No entanto, em 1998, por ocasião da Cúpula Iberoamericana, a diplomacia brasileira passa a destacar a necessidade de mudanças políticas no país, em relação à democracia e aos presos políticos. No mesmo ano, o chanceler brasileiro, Luis Felipe Lampréia, dentro desta nova perspectiva, em visita a Havana se reúne com um dos lideres dissidentes, Elizardo Sánchez e também com funcionários norte-americanos e membros cubano-americanos, o que aumenta as tensões (HOFFMANN, 1999)[10].

De qualquer forma, a partir de 1999, as relações voltaram a certo grau de normalidade, com a visita do ministro de saúde do Brasil, José Serra, e com o discurso de FHC, numa cerimônia na Espanha, em que enfatizou que "Cuba é um país com o qual o Brasil mantém laços de confiança e diálogo (...) e minha esperança é que se possa alcançar a plena normalização das relações de Cuba no sistema interamericano, com o fim total do embargo e a reafirmação dos direitos humanos, o bem-estar e a prosperidade do povo cubano" (CARDOSO, 2000). Da mesma forma, na Cúpula das Américas em 2003, o presidente brasileiro reiterou os laços e apoio a certas demandas cubanas, contribuindo para a normalização dos laços. Da parte cubana, o apoio ao embaixador brasileiro na

[10] Segundo Lampréia tal atuação ocorreu, pois havia: "Uma total falta de vontade para o diálogo. Temos proposto, por exemplo, uma declaração específica sobre os direitos humanos, temos proposto um mecanismo similar ao estabelecido com a China, missões recíprocas que viajam ao outro país, falando com autoridades e examinando a legislação. José Gregori (secretário dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça) fez com a China, os chineses vieram aqui. Porém, os cubanos inclusive reduziram a prioridade a esta questão. Não queriam falar disto e ainda se sentiam ofendidos porque vi o presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos- o opositor Elizardo Sánchez" (LAMPREIA, 1998, citado por FERREIRA, 2011). Ainda apesar da justificativa do chanceler tal atitude foi vista com estranheza, apesar de não ser possível concluir categoricamente que a mudança se deve aos diálogos com os norte-americanos (FERREIRA, 2011).

Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), além das reiteradas visitas e declarações de sua liderança, também confirmaram a reaproximação.

No governo Lula, dentro do contexto mencionado anteriormente, tal relação irá se intensificar e fundamentar-se, pela primeira vez, numa perspectiva denominada de "doutrina do compromisso construtivo", que nas palavras do então chanceler Celso Amorim significava:

> Eu vejo a necessidade de seguir trabalhando com um país irmão, que sofreu um isolamento muito grande, apesar de ter alguns procedimentos com os quais não estamos de acordo. Esta linha de *compromisso construtivo* é mais positiva e pode trazer mais resultados que uma mera linha de isolamento que reforça um aspecto da psicologia de sítio, que com razão ou sem ela é a que prevalece hoje em dia em Cuba, o que leva o país a adotar certas atitudes que contribuem a adoção de posturas que o condenam (AMORIM, 2003).

Pode-se considerar tal postura tanto como continuidade das ações do governo anterior, principalmente em sua fase final, como ruptura em termos de uma maior assertividade no caso cubano. Além disto, procura demonstrar que o isolamento internacional dificulta, ou invés de propiciar, mudanças no país. Finalmente, deve-se considerar que tal aprofundamento também é resultado dos laços históricos do partido dos dois últimos presidentes e do desejo de afirmação regional da parte brasileira, mas também das iniciativas e prioridades do governo cubano diante da necessidade de recuperação econômica e reconstrução dos laços e parcerias externas e, que certas tensões não estão superadas definitivamente[11].

Neste sentido, tanto nas visitas do ex-presidente Lula (três ao longo de seu mandato) como da atual mandatária brasileira e de Raul Castro ao país, as relações tem se intensificado com base no incremento das relações político-diplomáticas, no intercâmbio comercial, no intercâmbio e desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos e no financiamento brasileiro a projetos de infraestrutura cubana. Em relação ao primeiro aspecto, a posição brasileira tem se mantido constante nas votações de condenação ao embargo e de não condenação de Cuba no caso de direitos humanos na ONU e, principalmente, faz as gestões necessárias para a incorporação de Cuba como membro-fundador da CELAC.

Já no governo de Dilma Rousseff (2011-2014), apesar da inexistência de um balanço global, parece ocorrer um retraimento da política externa brasileira. Desta forma, o novo governo promoveu uma redefinição de rumos e, apesar de grande continuidade em relação ao

[11] Como aponta Ferreira (2011), entre outros, diversos governos e, mais recentemente, a própria União Européia tem procurado adotar tal postura nas suas relações com Cuba.

anterior, pode-se afirmar que tal política não se desenvolveu com a mesma intensidade e dinamismo, adquirindo um pragmatismo de contornos mais nítidos. Apesar disto, em relação a América Latina pode-se afirmar que tal governo não abandonou as pretensões de exercício da liderança regional e de inserção econômica na região, como demonstramos adiante.

Em relação às questões econômicas e comerciais o dinamismo da relação tem se mostrado evidente, inserindo-se no quadro das relações com a América Latina. No quadro abaixo, podemos observar, nitidamente o incremento das relações comerciais que saltaram, considerando importações e exportações, de um volume de pouco mais de U$ 110 mi em 2000 para, aproximadamente U$ 630 mi em 2013. O desempenho no período foi:

Tabela 1. Comércio Exterior- BRASIL- CUBA (US$ MILHÕES FOB):

ANO	Exportação	Importação	Saldo
2014 (até março)	113.439.480	5.984.420	107.455.060
2013	528.172.441	96.619.009	431.553.432
2012	568.126.174	95.662.079	472.464.095
2011	550.169.353	91.778.158	458.391.195
2010	414.871.651	73.417.244	341.454.407
2009	277.230.116	53.386.714	223.843.402
2008	526.848.434	45.364.051	481.484.383
2007	323.850.748	88.790.438	235.060.310
2006	343.824.663	31.595.636	312.229.027
2005	245.726.571	38.876.528	206.850.043
2004	132.061.869	45.308.841	86.753.028
2003	69.607.616	22.384.614	47.223.002
2002	73.980.371	14.117.059	59.863.312
2001	112.025.635	10.602.864	101.422.771
2000	94.596.367 (2000)	20.740.658	73.855.709

Fonte: MDIC (Elaboração dos autores)

Desta forma, o comércio total entre os países cresceu mais de 500%, entre 2000 e 2013, apesar da queda em 2009 devido aos efeitos da crise mundial, fazendo com que, segundo Rezende (2010), "Atualmente, o Brasil é o oitavo maior fornecedor de produtos para Cuba, especialmente alimentos, e as exportações brasileiras para o país caribenho têm crescido a largos passos desde o início dos anos 2000, aumentando mais de 60% de

2007 para 2008. A carne bovina, a soja e o chocolate ocupam posição de destaque nas exportações brasileiras para o país" (REZENDE, 2010).

Ainda, em 2003, os governos firmaram 12 instrumentos de cooperação em diferentes áreas, totalizando U$ 200 mi com financiamento parcial do BNDES e com outros recursos privados brasileiros um acordo para construção de quatro resorts em Cuba (BANDEIRA, 2004). Desta forma, houve o incremento gradual, assim como em outras regiões da América Latina e África, de empresas multinacionais brasileiras como a Odebrecht, a Vale e Marcopolo. Em 2008, também se firmou um acordo entre a Petrobrás e a Cupet (estatal cubana do petróleo). Finalmente, em 2010, o governo brasileiro firmou um acordo, para infraestrutura, de aproximadamente U$1 bi, aplicados principalmente na reforma do Porto de Mariel que tende a se transforma no principal porto do país (FERREIRA, 2011).

Dando continuidade aos acordos técnico-científicos firmados ao longos dos anos 80 e 90, a cooperação Brasil-Cuba também foi impulsionada neste período em diferentes áreas que abrangem áreas como a agricultura, geologia, saúde, gestão bancária, vigilância sanitária, a administração pública e a metrologia, entre outras. Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), neste período foram desenvolvidos cerca de 60 projetos e atividades de cooperação técnica entre Brasil e Cuba, envolvendo órgãos como a EMBRAPA, o Ministério da Saúde e o Banco Central, entre outros; sendo que destes pelo menos 13 foram de amplo alcance[12]. Tal cooperação também se desenvolve no campo educacional, com o financiamento de inúmeros projetos pela CAPES em conjunto com o Ministério da Educação de Cuba. Recentemente, tal relação ganhou novo impulso com a criação do Programa Mais Médicos do governo brasileiro, que pretende abrigar um número expressivo de médicos cubanos para trabalhar em localidades de difícil acesso ou periféricas.

Desta forma, as relações Brasil e Cuba atingiram um nível sem precedentes, demonstrando uma convergência de interesses. No caso brasileiro, tais relações, para além de simpatias ideológicas dos dois últimos governos, são percebidas como demonstração de autonomia na atuação internacional, de reafirmação do principio de autodeterminação e, principalmente, como afirmação de uma potência emergente, tanto em termos globais como regionais, como demonstramos anteriormente. Além disto, o princípio do compromisso construtivo é percebido tanto em termos políticos como econômicos, como uma garantia da presença brasileira neste momento singular da histórica cubana.

Já para a liderança cubana, as relações com o Brasil inserem-se nos marcos da recuperação econômica e da reinserção regional e internacional, adquirindo uma relevância política e econômica, pois:

[12] Para uma visualização dos projetos consultar: http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Cuba.

> Para la política exterior de Cuba, sin embargo, las relaciones con estos três referentes regionales importantes- Venezuela, Brasil y México, son cruciales en el marco de su estratégia de reinserción regional. Mientras que en el caso de Venezuela, la relación está signada por una alianza caracterizada por los estrechos vínculos econômicos como por la similitud de objetivos políticos e ideológicos, en el caso de Brasil constituye una importante relación comercial y de inversiones, y un componente simbólico importante, como un vínculo fundamental en la relación con América del Sur, dado el caráter de liderazgo regional que asume este país,[...] (SERBIN, 2011: 244).

Tal relação, no entanto, não está imune às críticas, principalmente do lado brasileiro. Neste caso tem havido questionamentos em relação ao conjunto da política externa, apontada por certos setores como ideológica e desproporcional as nossas capacidades, e em relação a Cuba, tais críticas, retomando o caráter ideológico, referem-se à necessidade de uma postura mais crítica em relação ao sistema político cubano e as questões de direitos humanos, bem como um questionamento dos benefícios econômico. Além disto, devem-se considerar os atritos com a diplomacia norte-americana que tal relação pode provocar. De qualquer forma, o aprofundamento desta parceria parece depender tanto da dinâmica da política interna como das estratégias internacionais de Brasil e Cuba neste novo século.

CONCLUSÃO

As relações Brasil e Cuba não adquiriram certa relevância até a emergência da Revolução Cubana. No entanto, paradoxalmente, apesar de assumirem uma importância na política interna de cada nação, até os anos 80 predominou a desconfiança e o distanciamento, como evidencia o rompimento das relações por parte do Brasil, fundamentado na doutrina de segurança nacional que orientava os governos militares, que se opunha ao modelo comunista que a ilha adotava.

Somente em 1986 tais relações foram restabelecidas e normalizadas, no entanto, desde então jamais foram lineares, sendo permeadas pelas crises econômicas e políticas que afetaram estas nações ao longo das últimas duas décadas do século passado.

Desta forma, como demonstramos ao longo deste trabalho, somente na primeira década do século XXI, devido a convergências de interesses motivadas por razões diversas é que a relação entre estes países tem adquirido certa normalidade e dinamismo, ainda que incipiente.

Tais relações parecem ter como fundamento o incremento das relações comerciais e o fortalecimento de laços políticos. Dos desdobramentos da política interna de cada nação, no caso cubano das reformas implementadas por Raul Castro e no caso brasileiro

da consolidação da doutrina do compromisso construtivo, da inserção internacional de cada país com a afirmação da importância de tal parceria e da percepção, de parte a parte, dos benefícios alcançados depende o aprofundamento da relação Brasil e Cuba.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Fernando José Marroni de. (2000). Brasil e Cuba: a gangorra diplomática. In: ALBUQUERQUE, José A. Guilhon de (org.). (2000) **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. Vol. 3: O desafio geoestratégico. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP.

AYERBE, Luis Fernando. (2002). **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia.** São Paulo: Editora UNESP. ALMEIDA, Paulo R**. (**2003). **A Política Internacional do Partido dos Trabalhadores***.* Revista de Sociologia e Política, n. 20, junho.

ALMENDRA, C. C. (1998). A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu**.** In: COGGIOLA, O. ***Revolução Cubana*: história e problemas atuais**. São Paulo: Ed. Xamã.

ALTEMANI, Henrique. (2005). **Política Externa Brasileira***.* São Paulo: Saraiva.

ALZUGARAY, C. (2003). La política exterior de Cuba en la década de 90: intereses, objetivos y resultados**. Política Internacional**, La Habana, vol. I, n. 1, p. 14-32, enero-julio.

ALZUGARAY TRETO, C. (2007). Reflexões sobre o presente e o futuro político de Cuba nos albores do século XXI – uma abordagem a partir da ilha*.* In: **Relações Internacionais**, Lisboa: IPRI, p. 89-104.

AMORIM, Celso. A. (2003). *A***udiência Pública do senhor ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados***.* Brasília, 23 de abril de 2003. Disponível em: www.mre.gov.br/portugues/politica_exterior/discursos (acesso em: 20/03/2014).

-BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. (1994). **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)***.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

-BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. (1998). **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BEZERRA, Gustavo H. Marques. (2012). **Da Revolução ao Reatamento: a política externa brasileira e a questão cubana (1959-1986).** Brasília: FUNAG.

CARDOSO, Fernando Henrique. (2000). **Discurso do senhor presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao receber o prêmio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional***,* Oviedo, 27 de outubro de 2000. Disponível em www.mre.gov.br/portugues/politica_exterior/discursos (acesso em: 10/04/2014).

CERVO, Amado.; BUENO, Clodoaldo. (2002). **História da política exterior do Brasil***.* Brasília: UNB.

CERVO, Amado. (2006). A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005). In: ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva.

DANTAS, Alexis Toríbio. (2013). Comércio Exterior do Brasil: o papel da América Latina. In: **Revista Mural Internacional**, vol. 4, nº 2, jul-dez.

FERREIRA, Marcos Alan S. (2011). La política exterior de Brasil hacia Cuba: un análisis histórico desde el gobierno de José Sarney hasta los dias actuales. In: AYERBE, Luis Fernando (org.). **Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafios hemisféricos**. Barcelona: Icaria.

FONSECA JUNIOR, Gelson (Org.). (2001). **Reflexões sobre a política externa brasileira. Brasília:** FUNAG.

HOFFMANN, Bert.(1999). *"Continuidad y cambio en la nueva política exterior de Brasil- el caso de Cuba".* In: **Síntesis- Revista de Ciências Sociales Iberoamericanas**, Madrid, nº 31-32.

LULA DA SILVA, L. (2003). **Discurso na sessão de posse do Congresso Nacional. A Política Externa do Brasil**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

PECEQUILO, Cristina S. (2004). **Introdução as relações internacionais**. Petrópolis: Vozes.

PEVIDA, Eduardo Klinger. (1995). **Cuba y la integración de América Latina y el Caribe.** Santo Domingo: Promlibro.

PISANI, Miguel Estéfano. (2002). **Política exterior de la revolución cubana.** La Habana: Ciências Sociales.

REZENDE, Bruno Pereira. (2010). As relações Brasil-Cuba: liberalização, integração e desenvolvimento**.** In: **Mundorama**, 19/09/2010. Disponível em: http://mundorama.net/2010/09/19/as-relacoes-brasil-cuba-liberalizacao-integracao-e-desenvolvimento--por-bruno-pereira-rezende/ (acesso em 21/03/2014).

RIDENTI, Marcelo. (1993). **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp.

ROLLEMBERG, Denise. (2001). **O apoio de Cuba á luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad.

SALAZAR, Luiz Suares.(2000). **El siglo XXI: posibilidades y desafios para la revolución cubana**. La Habana: Ciências Sociales.

SEGRERA, Francisco Lópes. (1998). **Cuba: política exterior y revolución**. La Habana: ISRI.

SERBIN, A. (2011). Círculos concéntricos: la política exterior de Cuba en un mundo multipolar y el proceso de "actualización". In: AYERBE, L. F. (Org.). **Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafios hemisféricos.** Barcelona; Buenos Aires: Içaria; Cries.

VASCONCELOS, Luiz L. (1991). Um repasse sobre as relações Brasil-Cuba. In: **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 2, julho a dezembro, pp. 187-203.

VIGEVANI, Tullo & CEPALUNI, Gabriel. (2007). A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, julho/dezembro.

VILLA, R. & VIANNA, M. (2007). Política Externa do governo Lula: autonomia pela integração ou em busca de um novo paradigma. IN: ALBUQUERQUE, J..A. **A Política Externa do Governo Lula (2003-2005)**. São Paulo: Marco.

VIZENTINI, Paulo. (2003). **Relações Internacionais do Brasil- de Vargas a Lula.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo.